

**Comissão de Defesa do Consumidor,
Direitos Humanos e Segurança Urbana –
CEDECONDH**



Alvon
Medina



Adeli
Sell



Biga
Pereira



Cláudio
Conceição



Fernanda
Barth



Pedro
Ruas

008ª CEDECONDH 02ABR2024

Pauta: Execução do Projeto do Quadrilátero Central e a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência visual.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): (14h20min) Boa tarde a todos, boa tarde, pessoal! (Procede à autodescrição.) Damos início a mais uma reunião da nossa comissão, a CEDECONDH; estamos aqui com o nosso vice-presidente Adeli Sell, a Ver.^a Biga Pereira, o Ver, Cláudio Conceição e o Ver. Pedro Ruas. Estamos aqui com o nosso secretário André Flores; representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social está aqui esse jovem William Tempel, coordenador da Acessibilidade e Inclusão Social; e representando a Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos a servidora Isabel Cristina Guimarães, seja bem-vinda. As entidades: Associação de Cegos do Rio Grande do Sul – ACERGS, presidente Glailton, como está, meu nobre, tudo bem? Eu agradeço por nos acolher aqui na sua casa, agradeço por nos aceitar aqui para trazermos essa pauta tão importante, sabemos das grandes dificuldades, vamos ter a descrição do espaço, mas sejam bem-vindos todos, boa tarde.

SRA. MÁRCIA CERNICCHIARO: Boa tarde, meu nome é Márcia e serei audiodescritora deste evento. Para que todos saibam onde estou falando, vou retirar o microfone que está à minha frente e falar.

(Manifestação fora do microfone.)

SRA. MÁRCIA CERNICCHIARO: O prédio em que nos encontramos fica a Rua Vigário José Inácio, 433, 6º andar, no Centro da cidade de Porto Alegre. É um prédio antigo, sua fachada externa tem a cor grafite escuro, na parte térrea três portas de ferro pretas, a porta do meio fica em frente a uma escada de mármore branco com detalhes em rosa antigo; o piso é da mesma cor dos detalhes da escada; o corrimão é preto com detalhes em dourado, e as duas portas laterais direcionam à recepção do prédio onde há uma atendente. Na frente do balcão de recepção há um vaso branco com uma planta na cor verde; à esquerda, dois elevadores com portas de metal na cor grafite escuro; no 6º andar está instalada a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul – ACERGS. Uma porta de vidro com uma grade de ferro preta separa o corredor do prédio da recepção da ACERGS, das salas onde acontecem os atendimentos e do auditório onde estamos neste momento. É um ambiente pequeno com capacidade para 70 pessoas, tem cadeiras pretas, ao fundo uma parede de uma sala. O pé direito da sala é baixo; à frente, um espaço onde estou falando; atrás, uma TV. As paredes são brancas, o piso é de cerâmica na cor branca e o teto de gesso também na cor branca. As cadeiras das plateia são pretas com pés de alumínio preto. O banheiro fica à direita de quem sai do auditório, no final do corredor à esquerda, e passando a recepção novamente à esquerda. Na plateia estão também os integrantes da ACERGS, a Mesa está composta pelos vereadores da Comissão de Direitos Humanos, À frente, agora, a audiodescritora. Ela tem estatura mediana, cabelos escuros e curtos, veste um vestido preto e um colete na cor lilás com a inscrição de instrutora de orientação e mobilidade, e é ela quem vos fala. Obrigada.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Muito obrigado. Também estamos aqui com a União de Cegos do Rio Grande do Sul – Ucergs, o presidente Adilson Colassoli, seja bem-vindo; a Associação de Cegos Louis Braille, os conselheiros Leonardo, Peri Vargas de Oliveira e Emir, estão aqui? (Pausa.). Seja bem-vindo, Seu Emir! A Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos – FREC, o presidente William Flores – seja bem-vindo, William. A Clarissa irá nos agradecer com uma poesia

SRA. CLARISSA MONTEIRO: Boa tarde. Isso aí, eu gostei que veio bastante gente aqui, encheu! O pessoal se encontrando, se abraçando, se conhecendo. Antes de declamar a minha poesia, eu vou fazer a minha autodescrição e falar um pouquinho com vocês. (Procede à autodescrição.) Eu estou muito feliz de ter enchido tanto, e eu sou bem emocionada, quem me conhece sabe, então é muito bom ver isso aqui tão cheio, tão bonito, a gente sendo tão representado, né? Hoje a gente está aqui para falar de muitas coisas, entre essas a acessibilidade nas ruas, nas ruas de Porto Alegre, a cidade que a gente transita todo dia, que a gente passa todo dia, e é a coisa que mais nós temos em comum, a coisa que nós temos em comum todos nós aqui, tanto os vereadores quanto os atendidos da ACERGS, tanto as pessoas que vêm aqui representar entidades, todos nós somos porto-alegrenses, todos nós andamos por esta cidade e, para nós, cegos, sabemos que, às vezes, tem questões que não estão tão boas para a gente, a gente sabe. Quem se deparou com várias obras por aí, vários buracos, várias, coisas... E a poesia que eu tenho aqui para trazer, ela é, sim, uma mensagem de ativismo, ela é, sim, uma mensagem de mudança, pedindo pela mudança, pedindo para que esta cidade se importe mais com a gente, mas também uma mensagem de que a gente tem que trabalhar junto, de que a gente tem que fazer tudo junto: a Prefeitura, as entidades, todos nós, a Câmara, que está muito bem representada aqui também. Temos que nos unir para construir uma cidade, e o poema que eu trouxe aqui para vocês, não está no meu livro já publicado, mas vai estar no próximo, que eu estou esperando lançar, e se chama Nada Sobre Nós. É dedicado às pessoas com deficiência que estão aqui, indiretamente para

todos nós: “Quem aqui já fez o papel de coitadinho, de pedra no meio do caminho? O papel de santidade, mais puros do que quaisquer Santos, encarnações da castidade. Levante a mão, por gentileza, quem nunca ouviu, no meio da rua, ‘ah, minha vida é tão fácil comparada com a tua’. Eu sou *coach* mal remunerada e também sou atriz mal paga e eu devo ser da Prefeitura – sempre reclamam para mim da buraqueira nas calçadas. Enquanto eles pensam, se perguntam ansiosos, temerosos, nós queremos, precisamos, lutamos. Nada sobre nós sem nós, eles dizem, mas quem somos nós? Eles sabem?” (Palmas.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Obrigado, Clarissa. Também instigo aqui a nossa Ver.^a Fernanda Barth, por gentileza, junte-se a nós. Quero agradecer também a presença do Comdepa, presidente Giselle, seja bem-vinda; nosso ex-presidente da Faders, Dr. Roque Bakof, seja-bem vindo; e o Seu Nelson Kalil, nosso amigo está sempre conosco, está sempre também buscando as melhorias para a nossa cidade. O Pedro Ruas quer falar antes de a gente dar continuidade, porque nós vamos passar para as entidades e depois o nosso secretário André.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, presidente Alvoni. Eu falar sem microfone para me localizarem.

(Manifestação fora do microfone.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): (Procede à autodescrição.) Cumprimento desde logo o Ver. Adeli Sell, o Ver. Cláudio Conceição, o presidente Alvoni Medina novamente, a Ver.^a Biga Pereira e a Ver.^a Fernanda Barth, o secretário André Flores, amigo, secretário de obras. A todos vocês, a todos vocês, eu queria fazer uma referência especial e pedir licença, Ver. Alvoni, para cumprimentar os presentes na pessoa de uma figura muito conhecida em Porto Alegre, e que não é da ACERGS, que é o Nelson Kalil. Mas o Nelson Kalil, que é cadeirante, está aqui, cadeirante, à nossa frente, ele tem especial interesse

também na acessibilidade, porque essas ruas do Centro da cidade, sem falar em todo o resto, mas no Centro da cidade, elas são inacessíveis para pessoas com deficiência quase de qualquer natureza. Se for deficiência visual, é brutal; se for deficiência de locomoção, também. Alguma outra talvez, isso não seja tão relevante, mas visual e locomoção não tem como! É uma buraqueira, é uma desconsideração, é uma cidade feita para pessoas que não têm nenhuma deficiência e algumas têm que ser atletas, por quê? Eu acho que eu sou o mais velho da Mesa, eu quero dizer o seguinte.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Tem um desafio meu e do Adeli aí. Está bom. Eu tenho 68 e quero dizer o seguinte, em algum momento, todos nós – eu estou mais próximo disso que os demais daqui –, todos nós teremos dificuldade nessa buraqueira. Todos nós! Não se iludam, eu conheço, trabalho com idosos, o Nelson Kalil sabe disso, as pessoas nunca tiveram nada, nenhuma deficiência, e não conseguem caminhar. Por quê? Porque tem que usar bengala. Ontem eu andava com um grande amigo meu no Centro, o Jair Krischke. O Jair tem 86 anos e não conseguia caminhar, com bengala, e nunca teve deficiência alguma, não tem. O que ele tem é idade e não consegue caminhar. Então, tanto é que eu fui amparado, sempre amparado pelo cotovelo. É uma situação muito dramática, aqui já concluo, eu quero cumprimentar o Ver. Alvoní Medina por essa iniciativa, por esta presidência tão profícua também na CEDECONDH, é um orgulho para nós, cumprimentar cada vereador e cada vereadora aqui da nossa comissão e todos vocês, todas e todos da ACERGS. É uma entidade de extrema importância, de extrema relevância, e as pessoas que vieram! Porque a moça que declarou essa poesia tão bonita, Clarissa, foi comovente – viu, Clarissa – comovente mesmo. É algo fantástico e a gente sabe, sabe que muitos governantes decidem coisas para as pessoas com deficiência, sem nenhuma pessoa com deficiência presente. O comum é decidir sem as pessoas; então, essa é a conclusão, esse é o fecho. Eu quero dizer que esta reunião, que tem

essa importância toda e, lamentavelmente, eu não estarei na parte final, mas quero registrar que nós temos aqui um compromisso que é não só desta comissão, é também da Câmara Municipal, de mudar essa realidade e mudar em curto prazo. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Obrigado, Ver. Pedro Ruas. Mais algum vereador da Mesa gostaria de falar?

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO): Muito boa tarde a todos. (Procede à autodescrição.) Quero te parabenizar, Adeli, por esta pauta aqui tão importante para a nossa cidade, a sensibilidade de poder estar dando voz àqueles que precisam poder se movimentar pela cidade, porque eles precisam ser conduzidos. A gente precisa facilitar, através de leis, fiscalização, que possa permitir que os nossos irmãos porto-alegrenses que têm dificuldade possam ter uma vida mais perto da normalidade, no que diz respeito ao governo municipal: acessibilidade, leis e condições que possam proporcionar essa condição a todos. Então quero poder corroborar nessa construção para que as pessoas possam de fato, aproximando as entidades que trabalham já por essa representação, e nós também como fiscalizadores do poder público. Um abraço, felicidade a todos.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Obrigado, Ver. Cláudio. Mais algum vereador da Mesa gostaria de se manifestar? A pauta desta reunião: A execução do Projeto do Quadrilátero Central e a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência visual. Eu vou passar a palavra ao Glailton Winckler da Silva, da Associação dos Cegos do Estado do Rio Grande do Sul – ACERGS.

SR. GLAILTON WINCKLER DA SILVA: Boa tarde a todos. Vou fazer para o pessoal uma rápida descrição: (Procede à autodescrição.). Bom, primeiro, Ver. Medina, ao cumprimentá-lo, eu cumprimento a todos os vereadores aqui presentes. Inicialmente, eu gostaria de agradecer ao senhor por tudo que o

senhor tem feito aí pela pessoa com deficiência aqui, em Porto Alegre, por tudo que o senhor tem nos escutado e nos apoiados. Então muito obrigado, de começo, por acolher essa pauta e trazer aqui, junto com os demais vereadores, essa discussão que é tão importante. E desejo que vocês sejam bem-vindos aqui, na nossa casa. Também gostaria de cumprimentar, no nome do secretário André Flores e do William, os representantes do Município aqui. Quero cumprimentar os nossos colegas das instituições que estão aí na luta pelos direitos da pessoa com deficiência visual, o Adilson, pela União; o Emir, pela Acelb; William, pela FREC, não sei se eu esqueci de mais alguma instituição, o Rumo Norte também, que é uma instituição muito importante aqui. Quero cumprimentar a Giselle, presidente do Comdepa; e o Nelson, que é o ex-presidente; o ex-presidente Bakof, enfim, se eu não esqueci de mais alguém aqui, meus colegas da diretoria, o Gilberto, o Alex, eu não sei se os outros estão aqui, o Cláudio, enfim; os colegas do Conselho Fiscal Deliberativo das ACERGS, em nome do presidente Oneide; e dos demais usuários, associados que estão aqui.

Bom, de começo, eu queria trazer a seguinte questão: essa questão do quadrilátero, das obras, secretário André Flores, o senhor sabe bem que nós participamos da discussão das obras muito antes delas acontecerem, a gente já vem... Eu me lembro de uma primeira reunião lá na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, eu me lembro que o Adilson estava lá, o Oneide, acho que o Nelson estava também, quando foi apresentado esse plano de como seriam as obras, enfim. De lá pra cá, a gente vem apontando todas as questões que nós havíamos identificado: a questão dos pisos; a questão do nivelamento do meio-fio com a rua; a colocação do mobiliário urbano, enfim, alterações que tinham que ser feitas, essa questão do desses posteziinhos, pelo perdão da palavra, o deficiente visual chama de capa-cego, colocaram nas ruas, enfim. Então, secretário, isso, para mim, Ver. Alvoni, é uma discussão que não precisava estar acontecendo agora, porque todas essas, não vou dizer todas, mas quase todas as questões que nós vamos falar aqui hoje... E eu sei que depois, num segundo momento, o pessoal da plateia, os usuários, aqueles que

realmente circulam aqui no Centro de Porto Alegre, eles sentem na pele as dificuldades, tudo isso já foi apontado lá atrás pelas associações, pelos usuários, enfim. Então as obras foram acontecendo e realmente virou um canteiro de obras aqui nas ruas, na volta da ACERGS, que casualmente a ACERGS é no Centro, então por isso que a gente tem esse reflexo, e a gente recebe todo dia questões dos usuários. Então as obras foram acontecendo, a gente foi participando de reuniões, fomos apontando. Houve reportagens, inclusive, falando do assunto, o próprio secretário André, tivemos aí uma ou duas reportagens, que eu me lembro que o secretário também se colocou à disposição para resolver as questões, mas, enfim, então, de lá pra cá, a gente fez muitos apontamentos, indicações, só que as coisas aconteceram, a obra está ainda em andamento. Há questões de risco, muitas questões de risco, por exemplo, as máquinas andando na rua sem nenhuma proteção, buracos abertos sem sinalização, isso quando estava aquela parte das obras da Rua dos Andradas, aqui da Vigário, das outras todas que não tinham nem acesso de carro. Agora, nesse ponto, eu acho que as coisas aqui estão basicamente encaminhadas para o final da obra, mas essas questões e riscos continuam da Andradas para lá, muito buraco, muita pedra no caminho, muita coisa aberta sem sinalização, maquinário andando durante a rua, colocando em risco não só o deficiente visual, mas todas as outras pessoas. Então, assim, sem muita... Eu até gostaria, depois, se o Gilberto e o Alex quiserem falar junto comigo aqui, porque às vezes a gente não lembra de tudo. Mas algumas questões que eu posso apontar aqui, que eu sei que são muitas outras, mas primeiro: a questão do piso tátil num lado da calçada, só num lado. Eu já ouvi falar que não tem especificação na norma, enfim. Eu acho que isso aí não tinha nem que ser discutido sobre norma, isso é bom senso. Quem é que aqui, independentemente de ter ou não ter deficiência, quer ter que ter que andar só de um lado da rua? Porque, dependendo, a gente que já é reabilitado, já consegue andar, enfim, a gente aprendeu a andar sem ter piso tátil há um tempo lá atrás, ainda até que se vira, mas e o pessoal que está aprendendo? O pessoal da orientação mobilidade aqui da ACERGS, aqui a gente tem todos os dias da semana alunos, pessoas que estão aprendendo a andar de bengala. Essas

peessoas, a primeira referência que elas encontram na rua é o piso tátil, e aí, como é que ela faz para vir à ACERGS, por exemplo? Aqui, na calçada da porta da ACERGS, tem piso tátil, mas agora dobrando aqui à direita, na Andradas, não tem desse lado, só do outro. E essa pessoa que usa o piso tátil de referência quer vir numa loja que está do outro lado da rua, ela tem que contar com apoio de alguém para ir, se ela não aprendeu ainda. Será que as pessoas iriam gostar se a gente dissesse: “Não, tu só podes ir desse lado da rua; do outro lado, só se tu pedires ajuda.” Então, esse é o primeiro erro. Isso aí, para mim, não tem nem que se falar em norma; eu acho que isso é bom senso, em primeiro lugar. Segundo, as lixeiras, o mobiliário que foi escolhido, com relação a esses nós já temos aí pelo menos dois ou três relatos de deficientes visuais que se cortaram nas lixeiras, porque elas têm ponta e elas dão bem na altura do rosto do deficiente visual. Eu não sei nem se o Jorge está aqui, depois, se o Jorge estiver aqui, que é um dos que cortou o rosto com a lixeira, se puder falar. Outra questão, gente, é que nas esquinas tem uma sinalização de piso, ali, de alerta, que até, depois, se houver espaço, vereador, se não aqui ou depois, lá na rua, enfim, para a Márcia, que é da orientação e mobilidade, falar um pouco da colocação desses pisos nas esquinas. Placas que estão praticamente em cima do piso tátil, o nivelamento da rua com a calçada – sobre isso já não se tem muito o que fazer, a rua já está feita, enfim, mas precisa ter uma sinalização diferente para que, principalmente esse pessoal que está aprendendo, saiba distinguir o que é calçada e o que é rua. Outra questão é com relação a esses postezinhos, como eu falei aí, os “capa-cegos” que colocaram. Houve uma situação aqui na ACERGS em que uma aluna passou mal, e, na ocasião, a Rua dos Andradas e a Rua Vigário José Inácio para cima, em direção à Rua General Vitorino ali, estavam todas bloqueadas com entulhos de obras. E aí, para chegar aqui a ambulância, ela tinha que vir pela Av. Otávio Rocha e subir a Vigário, só que, o que aconteceu? Bem na frente da Igreja do Rosário, ali, tinha um carro da CEEE, e a ambulância não pode chegar até a ACERGS por causa dos postes e do carro, pois não se achava a pessoa para tirar o carro. A enfermeira teve que vir a pé até aqui, e eu sei que levou em torno de 40 a 50 minutos para se conseguir

alguém para tirar o carro da CEEE para a ambulância chegar aqui e socorrer a menina. E aí eu pergunto para vocês, aí eu vou transcender, isso é muito mais amplo do que a deficiência visual, do que o deficiente que se bate com o joelho, com a perna e se machuca, entorta a bengala todo dia. É todo dia! Todo dia, no mínimo, tem um ou dois que bateram a perna nesses postes aí, e se machucam, enfim. E aí, eu pergunto para vocês: e se é um prédio pegando fogo? Se é um prédio pegando fogo? Se é um prédio pegando fogo, como é que nós vamos fazer? Então, são coisas que eu estou colocando aqui, que são problemas que a gente vem sofrendo, digo que a gente não precisava estar discutindo isso se lá atrás a gente tivesse sido, enfim, ouvido, escutado ou se as coisas tivessem sido executadas da forma que a gente vinha sinalizando. Não vou me estender mais, eu acho que tem bastante gente para falar, sei que tem outros aspectos que eu não abordei aqui, mas só quero deixar claro que nós, da ACERGS – e quando eu digo nós é diretoria, colaboradores, associados, usuários –, não estamos aqui para criticar por criticar, nós estamos aqui e desde o início a nossa postura é de construir, nós queremos que tenha um espaço acessível, com facilidade para que as pessoas possam ir e vir no Centro de Porto Alegre. Nós, hoje, só para vocês ter uma ideia, atendemos em média 100 deficientes visuais/dia aqui; fora o que circula em Porto Alegre que não vem na ACERGS. Então, secretário, eu reitero aqui que o nosso objetivo é construir, é corrigir os problemas para que as pessoas não se machuquem e consigam circular em Porto Alegre com acessibilidade e com tranquilidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Boa tarde. Boa tarde, meus colegas vereadores Adeli Sell, Cláudio Conceição, Alvoni Medina – nosso presidente da comissão –, colega Pedro Ruas e Fernanda Barth. (Procede à autodescrição.) E me inscrevi aqui para falar, Glailton, com vocês, dizer que reiteradas vezes nós temos chamado a atenção dos nossos colegas vereadores na Câmara dizendo

que Porto Alegre é uma cidade com uma longevidade, é a segunda capital do País com a maior longevidade. Que bom, né, gente? Sinal de que nós estamos envelhecendo, não estamos morrendo jovens. Isso é maravilhoso! É maravilhoso! Porém, esta cidade precisa se preparar para essa faixa etária. O nosso colega Pedro Ruas comentava o fato, ontem, com o Jair Krischke, que não tem deficiência, mas ele tem essa deficiência que todos nós, tomara, chegaremos lá, que é envelhecer e ter a nossa mobilidade reduzida. Certo? E hoje o que a gente observa é que, óbvio, vocês que têm baixa visão ou são completamente cegos sofrem mais ainda do que quem tem mobilidade reduzida, como o Manuel... Nelson... Desde que eu cheguei eu olho para ele e penso em Manuel, eu tenho um colega muito parecido com ele que é Manuel. Desculpa, Nelson. Vamos lá, vamos ampliar esse leque, que eu acho que é importante, viu, Glailton? Vocês são os principais, mas nós trazemos para esse debate também as pessoas com mobilidade reduzida, as mulheres no geral, as mulheres que carregam os seus bebês nos carrinhos. Então, são os que têm a mobilidade reduzida, ou são cadeirantes mesmo, para além das bengalas, os cegos, ou os que têm visibilidade reduzida, ou as mulheres com carinho, ou as mulheres com salto. Já tive amigas que quebraram o salto andando na calçada. Sem salto, todo mundo de tênis, gente, para andar nesta cidade. Olha só, secretário, meus cumprimentos por estar aqui, que bom que está aqui, nós tivemos a informação e constatamos que a obra aqui nesse quadrilátero iniciou em 5 de junho de 2022, já vai para dois anos, né?! E a previsão de conclusão, o prazo foi adiado para o segundo trimestre de 2024, agora. Vejam bem, ela iniciou em 2022. Além de tudo isso que eu acho que é o foco principal que nós estamos discutindo aqui, eu, e acredito que os meus colegas também, tenho recebido inúmeras queixas dos comerciantes, porque os comerciantes perderam muito com o advento dos *shopping centers*. Então, temos estado com os comerciantes que são de lojas de rua, como a gente chama, e que têm colocado que o negócio deles depende da circulação de pessoas. No entanto, fui à ótica aqui no Centro fazer um orçamento – recentemente troquei de óculos –, e aí, conversando com eles, eu indaguei sobre a obra, e eles disseram: “Nós baixamos 40% do fluxo”.

Olha só, e é no geral, gente, porque o fluxo que nós tivemos, ora é essa parte que está fechada, ora é aquela outra, na frente das lojas. Então, é um problema da cidade, é um problema para vocês, é um problema nosso, é um problema da sociedade, é de todos nós. Ontem fiz um vídeo – vai entrar nas redes em seguida – num bairro que, em geral, os bairros têm o seu centrinho comercial, e as calçadas, gente, são um horror, são precárias, sem sinalização, favorecendo quedas e problemas maiores. Hoje, para eu chegar aqui, vim de Uber, desci lá em cima, não tinha como chegar aqui, e desci a pé, porque não tem como chegar. Então, parabéns, Ver. Alvoni, por um tema super presente, e eu acho que aqui é desnecessário dizer que estamos juntos com vocês, que vamos levar adiante, vamos levar esse debate lá para dentro da Câmara, para além, com os nossos outros colegas, mas com a Prefeitura, tendo respostas imediatas de nós, não só para concluir esse quadrilátero, mas também para pensarmos – eu sonho com isso, gente, eu acredito que vocês sonham também, esse sonho nosso é coletivo – em termos uma Porto Alegre, à exemplo de Olímpia, uma Porto Alegre acessível. Para isso, precisamos de projeto, de iniciativa, de decisão política. Muito obrigada.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Obrigado, Biga. União de Cegos do Rio Grande do Sul, Sr. Adilson.

SR. ADILSON LUIS PIMENTEL CORLASSOLI: Boa tarde a todos e todas, vou me autodescrever. Eu sou Adilson Corlassoli, presidente da União de Cegos do Rio Grande do Sul, servidor da Prefeitura de Porto Alegre há 25 anos e aposentado do Estado como professor, onde cumpri 30 anos de trabalho. (Procede à autodescrição.) Visto uma camisa polo azul da União de Cegos do Rio Grande do Sul, UCERGS, onde tem o seu logotipo, que é um olho que representa o globo terrestre e escrito em tinta e em braile: “UCERGS”, com uma frase atrás que diz: “Unindo e formando pessoas para uma sociedade mais justa e inclusiva”. É isso o que nós buscamos o tempo todo. Quero saudar o Ver. Medina e parabenizá-lo por mais essa ação, o senhor que tem acolhido as

nossas pautas das pessoas com deficiência, que é uma pauta importante. Também quero saudar os demais vereadores, Ver. Adeli Sell, vice-presidente; Ver. Pedro Ruas; Ver. Cláudio Conceição; Ver.^a Biga Pereira; Ver.^a Fernanda Barth; e agradecer e saudar, na pessoa do presidente Glailton, a ACERGS, por nos acolher em seu auditório, a Acelb também representada, a FREC, o Nelson, uma pessoa cadeirante, que milita em todas as causas das pessoas com deficiência, está sempre presente, lutando nas causas que ele entende justas, não só dos cadeirantes, mas de todas as áreas de deficiência. Saudações também ao Rumo Norte, ao diretor William, da Secretaria de Desenvolvimento Social, e a todos os representantes da Prefeitura de Porto Alegre. Não posso esquecer de mencionar a Giselle, do Comdepa, nosso Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, e o ex-presidente Bakof, da Faders, que está sempre conosco nas pautas.

Quero dizer, secretário André Flores, que todas as vezes que o senhor foi solicitado, compareceu para nos ouvir, e, como bem disse o Glailton, lá no início, antes do projeto iniciar, lá na sala da SMDS, sala 104, onde o projeto foi apresentado, nós apontamos quais eram os problemas, e, de lá para cá, foram incontáveis reuniões onde a União de Cegos do Rio Grande do Sul, a ACERGS, outras, por outros caminhos, a gente tentou chegar à Prefeitura de Porto Alegre para que nós fôssemos ouvidos. Inúmeras postagens, vídeos nas redes sociais, no dia do aniversário de Porto Alegre foi feito vídeo, foi postado, foi marcado o prefeito, onde pessoas fizeram esses vídeos e mostraram. Porque não adianta eu chegar aqui e apontar um monte de problemas, esses vídeos estão ali ilustrando quais são as dificuldades que nós temos no nosso dia a dia. Muito do que já foi trazido pelo presidente Glailton, e eu não quero me repetir, mas cada vez, a gente tem uma surpresa. A última foram as lixeiras, porque a gente está apontando todos os problemas do piso tátil desde a gestão lá no início, que nem era a gestão do prefeito Melo, era lá ainda na gestão do prefeito Marchezan, quando começou o nivelamento, que é muito bom para quem usa cadeira de rodas, lá na Av. Osvaldo Aranha, onde se colocou um piso tátil e, com dois meses de uso, já não existia mais, desgastou, pela péssima qualidade do piso.

Diferentemente do que as pessoas pensam, e, quando os empresários dizem que não contratam cegos, porque nas suas empresas existem degraus, o degrau não é o nosso inimigo, o meio-fio da calçada era a nossa referência, referência de onde acabava a calçada e onde iniciava a rua, onde eu podia saber o espaço onde eu estava seguro, caminhando, em cima da calçada, e o espaço onde eu estava dividindo com os carros, circulando. Hoje, eu perdi essa referência. “Bom, Adilson, mas tu tens o piso tátil”. Começa pela má qualidade do piso tátil, e depois essa definição onde a Prefeitura de Porto Alegre definiu qual lado da calçada que os cegos devem andar. Nós não temos o direito de andar nos dois lados. “Mas, Adilson, até agora não existia piso tátil em Porto Alegre, e vocês andavam”. Sim, não existia piso tátil, não é Ver. Adeli Sell, mas as calçadas eram livres. Nós tínhamos espaço para circular e tínhamos o meio-fio como referência, e, agora, não teremos mais.

E uma questão bem importante: como já foi dito por autoridades das diferentes secretarias, a Secretaria de Planejamento, SMPAE, que eu acho que está aqui presente, representada, o Centro de Porto Alegre, eu nem vou me ater às questões de enquanto a obra estiver acontecendo. Enquanto a obra estiver acontecendo, a gente sabe que terão buracos, terão vários problemas. Os problemas dos lojistas, Ver.^a Biga Pereira, quando a obra acabar, os problemas vão acabar, os nossos, vão continuar, porque, depois da obra pronta, esses problemas que nós estamos apontando vão permanecer. Normalmente, o Centro de Porto Alegre serve como referência para toda a cidade. No momento em que a gestão acabar com as obras do Centro, vai seguir com outros bairros da cidade, Menino Deus, Auxiliadora, chegando a todos os bairros, e o Centro vai ser o espelho, o parâmetro. Então, provavelmente não teremos mais meio-fio. O meio-fio também serve como um limitador. Isso, secretário André Flores, trazido pela própria arquiteta Alda, serve como limitador para os carros, que não sobem a calçada, porque tem o meio-fio. No momento que não tem mais meio-fio, o carro se for apertado por um ônibus, por exemplo, na via, ele vai subir a calçada, não tem problema, não tem nenhum limitador. Se tiver um pedestre naquele momento, o pedestre é que vai sofrer o pênalti – como a gente diz. Eu, nesses

25 anos de Prefeitura – está aqui o Oneide, o Odilon e outros... Teve um momento, antes mesmo de existir a Secretaria de Acessibilidade, de existir o Conselho, que a Secretaria já não tem mais também, nós tínhamos uma comissão, a CPA, que era a Comissão Permanente de Acessibilidade, onde nós éramos recebidos quinzenalmente no gabinete do secretário de obras e éramos ouvidos. Aquilo que podia ser alterado, era alterado. Hoje, a gente fala, fala, fala, mas infelizmente os cegos não estão sendo ouvidos pela atual gestão da Prefeitura de Porto Alegre. O prefeito Melo é uma pessoa que se coloca sempre, e eu acredito nisso, é uma pessoa que ouve todos os segmentos, mas no caso dos cegos, a gente não está conseguindo ser ouvido. Infelizmente, essas obras vão ser concluídas, e o problema depois da obra pronta, aí não vai adiantar a gente falar, porque aí é custo, tem que quebrar... A gente está alertando desde antes das obras acontecerem. Ver. Cláudio Conceição, a gente não quer ser conduzido...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

SR. ADILSON LUIS PIMENTEL CORLASSOLI: Nós não queremos ser conduzidos, como ele colocou, nós queremos nos conduzir; e para isso, a gente precisa de acessibilidade. No momento em que a gente não tem autonomia, independência para atravessar uma rua, pegar uma Osvaldo Aranha, como era antes, atravessar uma pista e ficar num local protegido, atravessar a segunda pista e ficar num local protegido. Hoje, eu não tenho como atravessar quatro pistas ao mesmo tempo. Está tudo plano, e eu vou ficar lá no outro lado da rua esperando a boa vontade de alguém para me ajudar a atravessar a rua. Isso não é acessibilidade. Então, só para finalizar, eu quero aproveitar e saudar o vice-presidente da União de Cegos, Luiz Carlos Brambilla, que está me acompanhando; nosso tesoureiro, que também é professor de orientação e mobilidade, é uma pessoa com deficiência visual e passa isso todos os dias ensinando as pessoas que perdem a visão a andar nas ruas de Porto Alegre, lá perto da União de Cegos, que tem problemas tais quais a gente tem aqui no

Centro; nosso professor de violão, o Alan; e a nossa voluntária de mídia social, a Duda. Então muito obrigado, vereador, por essa oportunidade. Esperamos que a Prefeitura, através da Secretaria de Obras, através da Secretaria de Planejamento, que está cuidando das obras do Centro; da própria EPTC, na questão da sinais sinalização, nos ouça. Nós estamos à disposição; e eu, enquanto servidor da Prefeitura de Porto Alegre, me coloco mais uma vez à disposição, estou no meu horário de trabalho e posso ir lá e dizer o que tem de errado, o que as pessoas cegas de Porto Alegre precisam para que as obras realmente sejam acessíveis. Porque só a colocação do piso tátil num lado da rua e um piso de má qualidade com lixeiras que oferecem perigo para às pessoas, isso realmente não é uma cidade para todos, não é uma cidade que acolhe as pessoas. Obrigado.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Quero agradecer a presença da Paola Moreira, representando a Feneis.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Aqui quem fala é a Ver.^a Fernanda Barth, eu tenho a pele branca, cabelo loiro, altura mediana, estou vestindo uma blusa branca, um casaco branco, uma saia e um sapato de salto. Meus amigos, eu vejo com muita empatia as questões colocadas por vocês aqui, mas a minha forma de percepção, obviamente, vem de outros fatores. É uma questão que eu entendo, aproveitando que nós estamos passando por uma grande reforma no Quadrilátero. O momento oportuno de a gente falar do Quadrilátero, mas que isso seja o início de um debate mais profundo sobre a nossa cidade. Porque muito se fala sobre mobilidade e acessibilidade, mas pouquíssimo efeito de verdade. Até hoje, Porto Alegre não conta com sinaleiras sonoras, a nossa cidade tem problemas gravíssimos no calçamento, é praticamente uma corrida de obstáculos. As pessoas não precisam ter deficiência visual para cair e se quebrar numa calçada de Porto Alegre. As pessoas de mais idade têm dificuldade de caminhar também, porque tem ali as raízes, as calçadas quebradas. Uma das grandes soluções para esse problema, inclusive, é uma

questão que eu já abordei com a secretária Ana Pellini, da Parcerias Estratégicas, seria se nós retomássemos o debate amplo sobre a qualidade do calçamento da nossa cidade. A calçada deveria ser, sim, padronizada; deveria ter dois ou três tipos de pedras a serem usadas, ou outro tipo de cobertura onde as pessoas tivessem segurança para caminhar nas calçadas. Esse jogo das calçadas já foi um empurra-empurra entre Prefeitura e sociedade civil. Prefeitura dizendo que a responsabilidade é dos moradores, os moradores não têm condições, aí tem os terrenos baldios. Nós ainda temos vários bairros de Porto Alegre onde não tem nem calçada, só tem uma via de trânsito rápido, por exemplo, a Estrada João de Oliveira Remião, que pega grande parte da Lomba do Pinheiro, a maior parte não tem calçada para as pessoas caminharem. As pessoas têm que desviar dos carros, contar com a sorte de noite para não serem atropeladas, depois que foi asfaltado ficou mais perigoso ainda. E tem outros casos na cidade, nós temos uma miopia por parte do Executivo, e eu não digo que seja desse Executivo, é uma miopia que vem de tempos, que não percebe a dificuldade da população nesse sentido. Eu deixo aqui uma provocação: que a próxima vez que forem fazer uma obra, botem uma venda nos olhos e caminhem para ver se vão conseguir caminhar sem tropeçar ou se ferir em algum lugar. Porque, não só a questão desses postes nas esquinas e das lixeiras, parece que há uma falta de sensibilidade e uma falta de diálogo com os setores envolvidos. A questão dos cadeirantes: eles são simplesmente desprezados pelo nosso Executivo há muito tempo. A questão dos cadeirantes: nós não temos acessibilidade nas calçadas na maioria dos trechos da nossa cidade. A gente fica se perguntando se é de fato para que essas pessoas não consigam sair de dentro de casa, porque se você precisar sair de casa é uma gincana para conseguir sair sem precisar de ajuda de ninguém. Enfim, eu deixo aqui o meu gabinete à disposição, meu gabinete na Câmara de Vereadores é o gabinete 225, eu sou muito simpática à causa de todos vocês, contem conosco para o que for preciso. Deixo aqui como sugestão que dessa reunião de hoje, Ver. Alvoní, a gente tenha um novo olhar do Executivo, porque eu sei que esse Executivo é um Executivo sensível. Talvez falte uma lista completa das

demandas, e que a gente consiga ter uma lista das demandas no Quadrilátero e que a gente possa exponencialmente ampliar isso para todos os bairros da nossa cidade. Porque a gente tem essa falta, essa necessidade é generalizada na cidade, ela não se restringe ao Centro de Porto Alegre. Obrigada.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Quero agradecer também a presença do Diego, da Feneis, seja bem-vindo. E o André Flores, vou passar para ele a palavra. Mas antes de passar para ele, ele tem a noção, porque nós fizemos isso com ele há uns cinco ou seis meses atrás. Acho que foi em outubro do ano passado, fizemos uma caminhada com ele aqui no Centro, vendamos ele, para ele ter, pelo menos, um tipo de noção de como as pessoas com deficiência visual se sentem, quando transitam no Centro de Porto Alegre. Quer dizer, ele levou para chegar do outro lado da avenida, de um quarteira para o outro, quase umas duas horas. Não, eu aumentei aí um pouquinho mais. Mas a dificuldade dele, de chegar do outro lado, foi gigantesca. E as entidades que estão aqui e que têm cobrado, que têm pedido esse olhar da Prefeitura, da Secretaria de Obras, da Alda, que é a arquiteta. Quando se faz um projeto, ele pode ser modificado, pode ser readequado, para que, quando for fazer a obra, faça-se, sim, para que as pessoas possam ter condições de ir e vir na cidade. Quer dizer, o Adilson está há 25 anos trabalhando na Prefeitura, é uma pessoa qualificada. Quando for fazer qualquer obra na cidade, chame aqui a UCERGS, o Glailton também, são pessoas têm essa vivência. Eu acho que nós temos que entender que nós não podemos fazer uma reforma na nossa cidade, sem ver se essa reforma vai dar condições para todas as pessoas.

O Sr. André Flores, secretário da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI, está com a palavra.

SR. ANDRÉ FLORES: Boa tarde, meu nome é André Flores, eu atuo como secretário de obras do prefeito Sebastião Melo. Sou moreno, tenho barba, cabelo preto com os fios brancos, um pouco mais de fios brancos, Ver. Alvoni, estou de camisa rosa, calça bege e bota marrom. Sempre é sempre um prazer poder

estar aqui, Adilson, não faço nenhum favor, todas as vezes que me instaram a falar e a me comunicar eu faço e faço com prazer, porque eu acho que é dever do agente público ouvir, porque é o dever do agente público atuar para a cidadania, e o cidadão é com quem nós temos que nos comunicar.

Eu quero agradecer ao Ver. Alvoni e aos demais vereadores o convite, por poder estar aqui hoje, sempre muito cordiais. Pena que o Ver. Pedro Ruas teve que sair. O Ver. Pedro Ruas me chamou de amigo, ele é meu amigo, é a prova de que a gente tem que saber conviver com o diferente: ele é do PSOL, ele é gremista e, mesmo assim, ele é meu amigo. Mesmo tendo tantas diferenças ele é meu amigo, um cara muito legal, temos uma história muito bonita e de muitos anos. E os demais vereadores, claro.

Eu vou começar respondendo, eu vou tentar responder tudo que eu fui anotando no celular, pode ser que eu tenha esquecido alguma coisa. Eu vou tentar trazer todos os pontos. E eu vou pedir desculpa, eu tenho que sair, eu já tinha um outro compromisso, mas eu fiz questão de vir, vai ficar aqui depois a Alda, que é nossa arquiteta responsável pela acessibilidade, ela pode responder algumas outras dúvidas mais técnicas, e também podemos remarcar outro momento, se for assim entendido por vocês. A questão do comércio... Desculpa, o senhor gostaria falar?

SR. LEOPOLDINO MONTEIRO: Boa tarde a todos. Eu pedi licença para o nosso Ver. Medina, e também com a aquiescência do André Flores, nosso secretário, eu gostaria de acrescentar mais um ponto. Primeiro me apresentando, meu nome é Leopoldino Monteiro, embora o cegos todos me chamem de Leopoldo, conhecido por Léo. Eu sou da União de Cegos – UCERGS, e sou professor de orientação e mobilidade. Eu quero dizer para vocês que eu tenho 69 anos e eu ando, desde os 12 anos, na cidade de Porto Alegre, e sempre usei bengala, enxerguei, tive baixa visão, depois o glaucoma acabou com essa baixa visão. Mas hoje eu tenho o orgulho e de dar aula de orientação e mobilidade, de ensinar muitas pessoas a andarem na rua. Nos tempos mais antigos, a gente se orientava muito, eu pelo menos, pelo Mercado Público, porque de longe a gente

sentia o cheiro do mercado e era uma referência, e todas as ruas que a gente atravessava tinham o meio-fio, tinham calçadas, era bem fácil de se orientar. Mas eu não pedi a palavra para isso, foi só um incremento.

Eu quero dizer que foi esquecido por todos os que se manifestaram aqui um ponto importantíssimo da cidade de Porto Alegre, que é novo na paisagem da cidade, no mobiliário, que também está fazendo muita diferença, infelizmente para pior, para nós, pessoas com deficiência visual, que são as novas paradas de ônibus, que são de vidros, colocadas bem no meio das calçadas, e é difícil, porque a gente tem que desviar, se voltear e se entortar para todos os lados para poder passar. Muitas vezes tem o piso tátil, como ali na Av. Borges de Medeiros, ele fica num cantinho, e ali há pessoas com as coisas no chão vendendo, então, a gente é empurrado, é conduzido de forma errada para tudo que é lado. Se o secretário puder se manifestar com relação a isso, é uma coisa a ser pensada. Era isso. Obrigado.

SR. ANDRÉ FLORES: Está anotado, falarei. Obrigado, Leopoldo. Por Léo, eu não erro. Vou começar pelas questões que não dizem respeito aos cegos, mas que também dizem respeito às questões da obra. De fato, nós tínhamos projetado para fazer essa obra em 18 meses, acreditamos que ela vai ficar um pouco mais de 24 meses, encontramos aqui uma série de dificuldades que não nos planejamos para encontrar. Vou dar o exemplo da internet, poderia dar uma série de outras, aqui também perto da associação teve a questão do gás, então, todos os equipamentos que estão abaixo do nível do solo, como os dutos de energia, de internet, de gás, têm que estar, pelo menos, 60 cm abaixo. Vem a máquina – algum dos senhores falou da questão da máquina – ela começa a escavar, acertou a internet, deixou 10 mil pessoas sem internet no Centro, porque estava a menos de 15 cm enterrado o duto da operadora de telefonia que coloca ali a fibra de banda larga, a fibra ótica de internet. O que acontece? Nós encontramos muitas instalações e equipamentos, principalmente no subsolo, fora do padrão do que deveria estar. Isso fez com que a gente tenha demorado muito mais na obra, e o local onde nós encontramos mais dificuldades foi aqui

na esquina da Otávio Rocha. Ali foi onde nós encontramos maiores problemas e também aprendemos mais a trabalhar com essa questão do Centro. Então nós encontramos ali uma questão de dificuldade no prazo.

Sobre o comércio, eu entendo e me solidarizo com todos os comerciantes do Centro de Porto Alegre, entendo que temos um problema para que eles continuem comercializando. Sei também, não posso ignorar, que o problema do comércio varejista não está restrito ao Centro. Eu ando nos *shopping* e vejo a quantidade de lojas fechadas, se vamos ao Bourbon Wallig ali, Deus nos livre, está 70% fechado. Então, a gente entende também, tem uma questão de, desde a pandemia, uma modificação da dinâmica do comércio varejista, do comércio de rua, e também temos um problema que é o seguinte, o Centro de Porto Alegre – e aqui eu começo a responder à questão dos cegos – , as nossas calçadas, elas são responsabilidade do proprietário. Se nós andarmos nas ruas, que nem são da obra do quadrilátero, nós vamos ver basalto solto, nós vamos ver mais de um piso na mesma calçada, tipo concreto... aí o cara não conseguiu botar, botou uma pedra, nós encontramos aqui no Centro até porcelanato, basalto regular e basalto irregular, ladrilho... E aí nós vamos encontrando uma série de outros problemas que tem, também as operadoras que abrem buraco, não fecham direito. Ali na Rua Marechal Floriano Peixoto, entre a Rua Voluntários da Pátria e a Av. Otávio Rocha, não é a obra do quadrilátero; na Rua José Montaury, também não é obra do quadrilátero, e lá nós estamos vendo que os proprietários e as operadoras de gás, ali naquele caso, quando foram instalar o equipamento não fizeram a repavimentação, deixando a calçada como encontraram – a calçada ficou irregular. E isso também é um problema, não só no centro, mas em toda a cidade. Para isso nós tentamos, e é isso que a Ver.^a Fernanda falou, colocar uma padronização nas calçadas, e por isso foi optado por essa questão das placas de concreto, e começaram a ser instaladas. Temos essa discussão, e aí ela é uma discussão se poderíamos, se não poderíamos fazer o aditivo do podotátil, que não estava previsto. Na verdade, quando foi feito o projeto, eu não era secretário, acho que foi o Adilson que falou, até foi no outro governo, mas eu não quero eximir a responsabilidade de ninguém, foi projetada a calçada com o

podotátil apenas de um lado. Isso é fato, foi projetado assim. Há, e eu vi aqui na entrada da associação, alguns materiais que permitem que o podotátil seja instalado sobre o piso, e não da forma como nós estamos instalando ali, que tu botas ele sobre o contrapiso. Talvez esse seja até mais eficiente, porque nós temos aqui também no quadrilátero uma outra dificuldade, que é a instalação do podotátil onde há tampas, porque a cidade começou por aqui, são 252 anos de ocupação nessa área. Então, quando não havia uma preocupação com caminhabilidade, com acessibilidade, foram instaladas. O que há de tampa, é impensável, no local onde seja projetada a cidade. Um bairro, hoje, quando for instalado, não vai ter tampa na calçada. No centro, só aqui na região da esquina aqui da Rua Dr. Flores com a Rua Gen. Vitorino, são seis tampas na calçada e doze tampas naquela esquina ali – eu estive ali semana passada porque fizemos uma interrupção do tráfego de veículos ali. Mas é isso. Nós temos problemas que são estruturais e que estão postos ali, nós não temos como tirar as tampas das calçadas, porque é um poço de visita da energia, é um posto de visita da drenagem, da água, da telefonia; os serviços e a infraestrutura estão instalados nas calçadas, não há o que fazer, nós temos que ter as tampas. É difícil instalar o podotátil junto com a tampa, e talvez essa seja a melhor alternativa, por isso que eu tinha pedido para fazer um estudo. Nós estamos lá preparando um detalhamento do investimento que teria que ser feito para complementar essa situação das calçadas que não têm hoje, e dessas outras, como as tampas... Tampas de ferro, que nós temos também bastante aqui no centro.

Sobre as máquinas, nós temos concentrado o serviço com maquinário à noite. Por que nós temos concentrado serviço com maquinário à noite? Justamente pela segurança das pessoas. Então ou a máquina vai em um momento e fica num canteiro fechado, como nós estamos atuando lá na Rua dos Andradas, ou a máquina vai à noite, que é onde tem menor fluxo de pessoas, mas ainda assim há o risco, e por isso nós concentramos também tantos do serviços à noite, justamente por ter dependência de maquinário.

Uma das coisas que nós buscamos fazer aqui com a obra, integrado com a Prefeitura, com a fiscalização e com tantos outros serviços, é: onde passou a

obra, não tem mais ambulante. Porque eu me lembro que na primeira vez em que eu estive aqui nessa entidade – eu acho que foi até nessa mesma sala, como não tinha tanta gente, acho que a gente usou só meia sala aqui, essa porta do meio estava fechada –, uma das coisas que mais me disseram, eu me lembro que era aqui mesmo, na Rua Vigário José Inácio, do outro lado da rua, era que tinha muito ambulante, e como o ambulante botava ali a sua lona no chão, com tênis, calça, fone de ouvido e tal, o ambulante impedia ou dificultava enormemente a circulação dos cegos e dos cadeirantes. Então, vocês podem observar, por onde passou a obra não tem mais ambulante, foi feito um acordo com a Prefeitura, a Câmara de Vereadores inclusive votou um projeto para a gente poder fazer uma transição com esses ambulantes, buscarem uma outra ocupação ou irem para o Pop Center, mas não há mais ambulantes. Os ambulantes, é importante que eles não estejam para o comércio? São, mas também é muito importante para a mobilidade e a caminhabilidade. Aqui na Rua Vigário José Inácio, para ficar no exemplo aqui da via, mas há outros exemplos que eu poderia dar, tinha uma banca de revista em cima da calçada, em cima do caminho podotátil, que ficava ali na frente, antes da Loja Pompeia, do lado da Galeria do Rosário. Aquela banca saiu dali, hoje a calçada é livre, a caminhabilidade da calçada é sem interrupções, porque ela foi lá para o outro lado da praça. Se vocês forem observar, do outro lado há uma, mas há caminho por baixo do prédio, por quê? Nessa aqui, do lado de cá, do lado da galeria, às 19h fechava uma grade e não permitia mais que as pessoas passassem, obrigando todos os pedestres, mas o cadeirante e o cego principalmente, a sair para o meio da rua para poder desviar da banca, e por isso nós tiramos aquela banca dali, não há preocupação com a caminhabilidade. Posso dar outras centenas de exemplos, não sei quantas placas nós tiramos, postes, talvez na casa de centenas. O centro é muito sinalizado, a ponto de ter placa demais, e nós estamos tirando. E essa reclamação que algum dos senhores fez, eu não me lembro exatamente quem, que falou da placa que fica na esquina, nós estamos retirando umas quantas, e se ainda tem algumas, eu peço que nos registre, porque nós vamos retirar. Uma coisa que não estava prevista no

processo e nós crescemos dentro do nosso limite de 25% da lei de licitações – e aí isso sim era muito errado, eu acho que é errado tudo, mas isso era muito errado – é que nós não tínhamos o piso alerta no lado em que não tinha o podotátil. Na esquina era no mesmo nível e não tinha alerta.

Então, a Alda faz um trabalho maravilhoso, e, se algum dos senhores e das senhoras tiver alguma sugestão ali, um acréscimo de melhoria que a gente possa fazer, a gente quer fazer. Todas as esquinas têm, sim, que ter o piso de alerta, que eu já aprendi a diferença em entre o de guia e o de alerta. Como lembrou bem o Ver. Alvoni, eu me aventurei por 1 hora, digamos assim, a andar com bengala e vendado, e foi uma experiência bastante enriquecedora. Eu falei isso, falei dos obstáculos na calçada, tiramos bastante tabuletas também, vamos tirando mais placas, devemos tirar mais.

As lixeiras, isso, sim, eu quero aqui dar o meu braço a torcer. Elas têm uma melhoria por uma série de outras questões em relação à lixeira antiga, que era horrível sobre outros aspectos e da mobilidade pior ainda, mas nós temos que fazer uma melhoria nelas. E aí, vereador, acho que a gente tem que marcar um prazo, nem que a gente volte aqui daqui a 30 dias e apresente o que a gente pretende fazer de melhoria nas lixeiras, mas as lixeiras... Ou nós vamos ter que fazer um piso sobre piso ali, não sei se chama assim, Alda, ou se nós vamos ter que fazer alguma defesa...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ANDRÉ FLORES: Eu acredito que sim, mas eu só não quero dizer qual é agora, porque eu acho que existe, inclusive, mais de uma, mas eu acho que nós temos que marcar um prazo para, no máximo em 30 dias, retornar aqui e apresentar as alternativas que nós pretendemos implementar. São 153 lixeiras no centro de Porto Alegre, na obra do quadrilátero, mas são tantas mais, aquelas antigas, que são ainda piores. Eu acho, vereador, que nós podemos marcar esse prazo. Eu me comprometo, venho aqui na comissão, na associação, para a gente apresentar aqui.

Todas as esquinas têm alerta, eu falei.

As paradas de ônibus é um projeto da Secretaria de Mobilidade, não é um projeto da Secretaria de Obras, mas eu estive lá, junto com o Ver. Alvoni, e eu quero dizer que vocês têm a minha solidariedade na parceria. Eu empresto a Alda para eles poderem fazer uma melhoria naquele projeto, porque a ideia é muito boa, em muitos bairros fica muito legal, mas naquela calçada curtinha da Av. Borges de Medeiros, ali não deu certo. Nós temos que também olhar e saber quando deu errado. Por falar em calçada curtinha, na maioria das calçadas aqui do Centro, aqui na Rua Vigário José Inácio, sim, na Rua Doutor Flores também, na Rua Marechal Floriano Peixoto também, na Andradas nem se fala, o novo projeto aumenta a área de passeio das calçadas. Ali na Rua Doutor Flores é 60 centímetros, aqui é 45 centímetros, se não me falha a memória; ali na Rua Marechal Floriano Peixoto eu não me lembro quantos centímetros é, mas é uma pedra que é pelo menos 30 centímetros. Nós aumentamos a área de passeio dos dois lados da calçada em todas as vias, com exceção da Rua dos Andradas e da Av. Otávio Rocha, em que o passeio tinha que ser o mesmo tamanho, porque é tombado, e nós não podíamos mexer no tamanho da caixa da via, que é o nome técnico, correto. Eu não sou engenheiro, sou advogado, mas eu aprendo com os engenheiros. A caixa da via tem que ser o mesmo tamanho, e a calçada obviamente ficou do mesmo tamanho; nas outras todas foi ampliado.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ANDRÉ FLORES: Então, pode anotar, Tati, por favor, que nós vamos pedir para o DMLU. Quem instala as lixeiras é o DMLU – ele nunca poderia estar acima da drenagem. Não, tem uma lixeira que está em cima...

SRA. MÁRCIA CERNICCHIARO: Até semana passada o que estava ali eram carros. Eu fotografei, inclusive, carros estacionados, eu com a minha turma trabalhando, e eles dando de cara na traseira do carro.

SR. ANDRÉ FLORES: Só para eu saber, essa aqui é...

SRA. MÁRCIA CERNICCHIARO: É a Vigário.

SR. ANDRÉ FLORES: Lá é a Vitorino, não é? Então, temos que falar com o DMLU para eles possam...

SRA. MÁRCIA CERNICCHIARO: São duas ou três que tem lá, uma...

SR. ANDRÉ FLORES: Toda previsão é que sempre a lixeira vai ficar da drenagem para lá, e aqui aumenta, mas, assim, vocês têm razão, temos que melhorar...

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): A gente pode multar o DMLU por ter colocado aqui?

SR. ANDRÉ FLORES: Eu acho que deveria, vereador, assim, é a Câmara de Vereadores. O secretário de Obras não tem mais o poder de polícia, ele está lá na secretaria de fiscalização, mas eu acho que não pode estar assim, justamente assim era lá a banca de revista que eu falei, que nós tiramos justamente para manter a caminhabilidade para todos. A questão das calçadas é um problema – claro, estamos tratando aqui do Centro – de investimento na cidade inteira. Porto Alegre tem 1.800 quilômetros de vias; em boa parte, como disse, acho que foi a Ver.^a Fernanda, às vezes, sem calçada ou, com calçada, sem calçada, com calçada, sem calçada, que é ainda pior, porque tem uma calçada, depois tem um terreno baldio, depois não tem calçada, dificulta ainda mais a mobilidade das pessoas; por essa razão estamos qualificando, pretendemos melhorar ainda mais esse serviço. Mas, aí vou dizer o seguinte: tive uma reunião lá com o a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com a Procempa, estive lá a Alda, e nos apresentaram uma bengala que se liga com Google Maps, ajuda as

peças a caminhar, pegar o ônibus e tal. Eu não sei se esse é o melhor equipamento, ele vibra...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ANDRÉ FLORES Não, mas, assim, o que eu acho é o seguinte...

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Depois nós vamos perguntar para quem usa a bengala, sobre essa situação.

SR. ANDRÉ FLORES: Não, mas não era nem esse meu ponto. Se essa bengala é boa ou se ela é ruim eu não sei, eles nos apresentaram lá, era coisa do South Summit, está tudo bem. O que eu acho de verdade é que temos que buscar as soluções – elas têm que vir comungadas com referências tecnológicas. Como é que o mundo está fazendo? Como que é em Nova Iorque, em Londres, na Suécia? Estou chutando nomes de países, não quero ficar específico a nenhum exemplo. Como que é nos outros lugares, como que é no mundo, quais são as outras, como evoluiu, para que a gente possa usar a tecnologia, como disse a vereadora, para sinaleira, para pegar o ônibus, porque a acessibilidade... Hoje, se a acessibilidade fosse completamente perfeita no Centro, o cara pegaria o ônibus e quando ele descesse no Ruben Berta, no Sarandi, na Vila Mapa e tal, ele também não tem. Então, precisamos saber, inclusive, como é que ele pega o ônibus. Nós precisamos melhorar a qualidade sobre diversos aspectos, usando das melhores tecnologias, das melhores experiências, de como isso se dá no mundo. É assim que eu acredito. Então, com isso e com o compromisso de voltar aqui ou onde vocês entenderem melhor, em 30 dias, para apresentar as sugestões da questão das lixeiras, peço desculpas, vou ter que sair, mas a Alda vai ficar aqui – já estão me ligando aqui para outra reunião que eu tinha combinado de ir. Eu quero agradecer a oportunidade e dizer para vocês que nós estamos sempre à disposição, abertos para o diálogo.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Temos duas pessoas gostaria de falar antes de o senhor sair, secretário.

SR. ANDRÉ FLORES: Peço desculpa mesmo, é que tinha marcado de sair daqui às 15h, e já são 15h35min, vereador. Estava bem na hora aqui que ia começar.

SR. GLAILTON WINCKLER DA SILVA: (Início do pronunciamento fora do microfone. Inaudível.) ... Secretário André, dentro daquele objetivo de contribuir, mas, assim, confesso para o senhor que a gente espera mais do que isso. Trazer, em 30 dias, só a sugestão para resolver o problema das lixeiras é muito pouco. A gente precisa de mais. A gente já está há muito tempo falando, apontando, pedindo, praticamente implorando, como muito bem falou o Adilson; sei que tem muita gente angustiada aqui, em muita coisa. Questões tecnológicas são sempre bem-vindas; ninguém de nós é contra nada que seja tecnológico, mas primeiro, secretário, faça o básico. Nós precisamos do básico na cidade, nós precisamos andar sem se machucar. Uma questão: por que foram colocados esses postes na rua, qual é a finalidade disso? É proteger quem? É impedir que os carros subam na calçada? Será que o Município não é capaz de fiscalizar um carro, se ele estiver no local errado? Sobre os pisos, enfim, isso que a Márcia mostrou é uma entre dez coisas que se vê no dia; agora, tudo isso... A gente já está há quase dois anos falando isso, sinalizando. Eu nem sei quando é que foi a primeira reunião lá, se o Adilson ou o Nelson lembram. Então, assim, a gente está falando, falando, falando, falando, falando. A gente está fazendo uma comissão, a gente teve que reunir vereadores para trazer isso. E aí daqui 30 dias vocês vão ver e trazer uma sugestão para lixeira! E resto? Eu tenho certeza que, para colocar um piso decente em todas as ruas, não vai custar menos de 1% da obra, nem isso, muito menos. Então, a arquiteta Alda está aqui do meu lado, ela me ligou faz umas três semanas perguntando se nós tínhamos ideia de quantos deficientes usuais têm, frequentam aqui o Centro de Porto Alegre? O que disse para ela? Tudo isso que a gente está falando eu lhe falei por telefone,

inclusive das lixeiras. Eu disse para ela que, do Centro de Porto Alegre eu não sei, eu posso lhe dizer aqueles que a gente atende aqui diariamente. Então, assim, se o Município não tem nem o levantamento de quantas pessoas com deficiência visual frequentam o Centro de Porto Alegre, como é que vai se fazer um projeto, como é que vai se executar uma obra sem pensar nessas pessoas? Aqui na calçada da ACERGS, aqui na frente, nós colocamos piso de alerta. Foi feita a calçada. Arrancaram o piso de alerta, que é para o deficiente visual saber onde é a porta da ACERGS, e não foi colocado. Então, assim, não é criticar por criticar, secretário; aqui a gente tem que sair com encaminhamento, com uma decisão, com algo que vá resolver o problema, como muito bem o Adilson disse, vai acabar a obra, e os nossos problemas vão continuar. Eu tenho certeza, tenho certeza absoluta que o governo do Município pode resolver esses problemas, ele tem condições de resolver. E isso que a gente está falando aqui, teve um evento que era até da questão da central dos surdos, do lançamento da central dos surdos, nós falamos direto com o prefeito Melo naquele dia. Ele nos chamou numa sala e pontuamos todas essas questões. Na época, ele ligou para a secretaria de um, secretário do outro, dizendo que nós íamos nos reunir, todas as secretarias do Município conosco, com as instituições, eu não sei nem quando é que foi inaugurada a central dos surdos, mas faz um bom tempo, e isso não aconteceu. Então, assim, eu só gostaria de lhe dizer, pedir, implorar mais uma vez, em nome de todos nós aqui, nós precisamos de mais; só resolver o problema das lixeiras é muito pouco. Eu acredito que a maioria concorda comigo aqui. (Palmas.) Não sei. Então, nós queremos uma solução. Queremos resolver os problemas.

SR. ANDRÉ FLORES: Glailton, eu vou te pedir desculpas mais uma vez, eu preciso sair agora, mas eu vou deixar vocês... Aqui está a Izabel, que é nossa arquiteta lá da Secretaria de Planejamento, que pode explicar como é que isso foi projetado, por que nós estamos assim e se há possibilidade de a gente fazer alguns adendos e alguns aditivos que possam corrigir isso. Eu vou pedir desculpas, mas eu preciso sair. Bem na hora que eu fiquei sabendo dessa

reunião já no final de semana passada, eu já tinha marcado com o pessoal lá na Glória que está me esperando também, e tivemos que iniciar um pouquinho depois, mas eu agradeço, vou passar aqui para vocês e aí podemos explicar depois. Tá bom? Muito obrigado. Eu me comprometo a voltar, vereador, quando for necessário.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): O senhor quer falar?

SR. NELSON KALIL: Boa tarde a todas e todos, meu nome é Nelson Khalil. Eu sou um homem branco, cabelos e barba grisalhos. Estou usando uma camisa branca da seleção de Palestina – até em homenagem ao meu pai, lutando pela Palestina livre também – e uma calça bege. Sou um cadeirante e uso uma cadeira de rodas motorizada. É uma pena que o secretário tenha que sair – o secretário é sempre tão solícito, vem a todas as reuniões com certeza –, mas eu quero lembrar que eu tomei conhecimento das obras do Centro Histórico no lançamento no Paço Municipal, quando o secretário Cezar Schirmer falou sobre o Centro Histórico, sobre as obras do Centro Histórico. Eu me lembro que eu estava do lado do Adilson lá no Paço Municipal e, terminada a apresentação, eu cheguei ao secretário e disse: “Pô, mas o senhor não falou de acessibilidade? O senhor apresentou todo o projeto e não falou de acessibilidade.” E ele disse: “Não, mas vai ter. Eu garanto que vai ter.” E aí nós marcamos uma reunião lá no Comdepa – Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre – na época, para tratar disso, foi apresentado o projeto e garantido que teria toda acessibilidade com piso tátil inclusive. Eu queria entender, eu reconheço que eu sou bastante burro, mas eu queria entender qual é o motivo que leva a pensar em colocar piso tátil somente de um lado? Custo não pode ser, porque se estiver previsto na obra, o custo vai ser menos de 1% da obra. Agora, para botar o piso tátil vai ser caro, porque agora vai ter que destruir e botar em cima, mas antes do projeto não tem custo. Eu queria entender qual foi a mente brilhante que fez isso, que não pensou nisso. Aliás, não é mente brilhante; é simplesmente ignorar as pessoas com deficiência. Não se trata de

maldade, não foi por ruindade, não foi por querer; é porque simplesmente não pensaram nas pessoas. Não pensaram nas pessoas, porque... E vai... E o pior, infelizmente, se não colocarem, vai acontecer morte e essa morte vai ficar cravada no Executivo Municipal, porque não previu colocar um piso tátil. Eu me lembro aqui o Dr. Bakof certa vez me ligou, porque estava acontecendo uma obra de colocação de fibra ótica ali na General Câmara e era do Banrisul: “Fala com pessoal do Banrisul para que, quando eles fecharem ali, colocarem o piso tátil.” Aí, o Banrisul teve a pachorra de me dizer que não ia colocar, porque quando abriram não tinha. E aí eu ouvi do secretário da SMSUrb – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – que, se eles não queriam botar, não iam botar. E não botaram. A Prefeitura Municipal se muda para a João Manuel, faz uma calçada toda em concreto e se esquece de botar o piso tátil. Aí, depois, abrem o concreto para botar o piso tátil, porque esqueceram de colocar. Então, essas questões são de não pensar na pessoa com deficiência. E tem mais outra, agora eu estou falando muito na questão do piso tátil, porque isso implica em saúde e vida de pessoas com deficiência visual, mas tem outro detalhezinho também, agora falar sobre os deficientes físicos. As lojas e várias lojas aqui no centro da cidade que tinham rampas refizeram por causa das obras e não colocaram, e a Prefeitura deixou. As lojas que eram acessíveis ficaram inacessíveis, como o Bazar Bahia, por exemplo, e a Prefeitura não foi lá dizer: “Não, mas para um pouquinho...” E são várias, não é uma nem duas, são várias lojas. Desculpa eu me alongar, mas realmente é inacreditável o que está acontecendo no centro da cidade. (Palmas.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Olha, tem coisas que a gente fica até angustiado, porque vocês sabem quando é que começou a norma de acessibilidade, que era o NBR 9050 pela primeira vez? Eu estava engatinhando, quer dizer, começou em 1985. Depois, teve uma... Passou por três revisões: 1994, 2004, 2015. Na última versão, trouxe 148 páginas, parâmetros para diversas condições de mobilidade e percepção ambiente. Então não é uma coisa nova. Falta... me perdoem, olha, eu estou, a gente ajuda,

estamos na base do governo, mas tem coisa que a gente não pode fazer vista grossa. Eu, como presidente da Frente Parlamentar dos Direitos da Pessoa com Deficiência na Câmara de Vereadores, a gente fica estarecido de coisas, de histórias como essa. Quando nós fizemos, logo em seguida que entramos na Câmara de Vereadores, fizemos uma visita aqui no mercado público, as pessoas cadeirantes não conseguem entrar. Se quiserem entrar nas lojas, não entram. Várias situações, lá na Osvaldo de Aranha o que fizeram, que nem o Adilson falou, a pessoa morre se ela não tiver alguém para ajudar a atravessar. Não tem como uma pessoa deficiente visual atravessar o corredor da Osvaldo Aranha. Então a gente... a angústia de todas as pessoas que estão aqui é com a vida delas, a preocupação é com a vida delas. Nós temos que fazer uma cidade inclusiva para todos. E quantos anos já faz isso? Entra governo e sai governo, e ninguém melhora nada, ninguém faz nada. Fazem coisas paliativas. Não, nós temos, como o Glailton falou, que fazer o básico, o feijão com arroz. O André Flores falou que as calçadas são de responsabilidade dos proprietários, mas os proprietários não têm responsabilidade, eles não fazem, eles não melhoram nada suas calçadas. Então nós temos que ter uma fiscalização mais dura, ou os fiscais da Prefeitura agem com responsabilidade, cobram realmente e multam aquele proprietário... Porque o prefeito falou que ia fazer e depois cobrar, ia descontar no IPTU das pessoas. Nós temos que achar uma forma, arquiteta Alda, de melhorar a vida dessas pessoas para que eles possam ter dignidade. O que não pode é continuar desse jeito, a gente fazer vista grossa porque não dá. É que nem o Nelson falou, eu não falei para não dizer que o Ver. Alvoni está contra o governo, mas não estou; o governo foi eleito pela população portoalegrense para cuidar da população da cidade. Então eu vejo que a coisa tem que mudar. Tem pessoas na plateia que querem falar antes do Adeli falar. Por favor.

SR. LUIZ CARLOS BRAMBILLA: Boa tarde, eu sou da UCERGS, sou vice-presidente. Atualmente, quando tem uma obra lá, eu cuido em nome da instituição. Nós temos um termo de ajustamento de conduta com engenheiro que

eu que cuido na parte dos cegos. Então nós tivemos uma necessidade de mexer numa localização ali que tinha um túnel de acesso subterrâneo e aí tinha esse problema da tampa. O que eu fiz? Eu mandei remover o piso, foi retirada a tampa, quando foram botar a tampa, eu peguei e disse: “Baixa a tampa e vamos colar o piso em cima dela, cortado certinho, a próxima vez é só puxar.” E a mesma situação pode ser feita nessas tampas que o secretário falou. Podem ser feitas duas coisas, como elas são pré-moldadas, desenha o piso tátil na própria forma, faz a forma e coloca lá no lugar. Pode ser feito o piso alerta ou direcional. Ah, não quer fazer, não consegue, rebaixa o local onde ela é colocada, coloca a tampa em cima e coloca o piso em cima, recortado conforme o tamanho da tampa; depois só chega e puxa. É simples e não é caro. Quanto às lixeiras, eu tenho uma sugestão: mede a parte de cima toda circunferência, pega um cano, faz a volta em toda ela, como ela tem uma haste só que segura ela, vem de trás, dá a volta para a esquerda e para a direita, porque eu calculo, como ela é feita alta, deve ter alguma coisa que encaixa ali embaixo para retirar o lixo. Vai ter acesso do mesmo jeito, quando o cego vier, ele vai bater a bengala no ferro que vai estar a uns 10 centímetros do chão e não vai bater na lixeira. Fora isso, outra sugestão: a cobertura da lixeira tem uma tampa, que tem uma borda, que sai fora da lixeira, que corta muito fácil aquilo ali. A pessoa que fez aquilo ali não pensou nem um pouquinho, ela poderia ter feito maior e dobrado para baixo para evitar esse tipo de coisa. Eu acho que fora isso, não precisa mais eu pensar, eu acho que a própria pessoa que faz isso aí, que vai prestar o serviço, ela precisa pensar um pouquinho também. Obrigado.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu sou o Ver. Adeli Sell, tenho 70 anos. (Procede à autodescrição.) Como a maioria já falou, eu vou fazer alguns encaminhamentos práticos. Porto Alegre foi sempre uma cidade desregrada, não vou aqui escrever isso pra vocês, eu posso até um dia escrever para as entidades o desregramento histórico de Porto Alegre. Hoje a lei diz que as calçadas devem ser dos condôminos, das pessoas que são donas. O falecido Vendruscolo apresentou uma lei, que responsabilizava a Prefeitura, a Prefeitura

cobrava das pessoas. Nós estamos resgatando essa lei, já modificamos aquilo que é de competência nossa, como vereadores, e nós queremos trabalhar isso com os colegas vereadores, ainda mais depois do que vocês falaram. Algumas questões nós temos que colocar, já que por enquanto as calçadas são dos donos, o governo do Estado tem a Biblioteca pública, foi feita a calçada, está toda detonada na ladeira, está aqui o meu vizinho Bakof. Ali onde eram os lanceiros também é do governo do Estado, eu já fiz o pedido, eu proponho que a gente faça um pedido coletivo, assim como na Rua Riachuelo, na antiga Ceuaca, que também é do Estado. Esses três são próprios estaduais; que a gente faça pedido agora da comissão, ouvido aqui o pessoal nessa audiência, que nós estamos aqui nessa entidade, que nós ouvimos outras entidades aqui e que vocês sabem que isso é imperioso. A questão dos fradinhos. Gente, é o seguinte, nós temos uma lei de trânsito. A lei de trânsito é clara, não pode um carro invadir espaço de pedestre e não sair da caixa, da rua, da pista de rolamentos. Certo? Então não tem necessidade, está contra as regras, na minha opinião, que nós temos regrado. Outra coisa, eu quero o apoio de vocês. Vocês sabem quantas toneladas tem um carro forte? Oito toneladas. Eles detonam todas as calçadas. Não bastasse isso, na José Montaury eles passaram, eu tenho vídeo, por cima do gradil de ferro e rebaixou, está detonado. Então eu tenho um projeto de lei, que tem base no Código de Trânsito Nacional, com todas as resoluções para que os carros-fortes não possam parar nas calçadas; podem parar na rua. E a gente está propondo que tenham as baias, onde eles param para não prejudicar, porque se não bastasse os carros-fortes quebrarem as calçadas, imagine o carro-forte para, vem uma pessoa, um cadeirante, vem uma pessoa com deficiência ou um cego e bate de cara lá. E outro pedido formal aqui, a tal da parada da Av. Borges de Medeiros tem que mudar. Eu já fiz o pedido individual, não fui atendido. Então façamos o coletivo, que todo mundo sabe, o Adilson... Nós fizemos uma filmagem e o que acontece? Você vai no piso tátil e dá de cara naquela parada, mas tem outras paradas, mas essa é imperiosa, porque fica na Av. Borges de Medeiros. A questão dos ambulantes é ter fiscalização. Eu fui secretário da SMIC, antiga SMIC, em 2003, 2004; quem tirou

os ambulantes, aquele camelódromo aqui na frente, fui eu, e fiz um regramento: não pode ter banca, não pode ter coisa no chão que não deixe o... Na época era um metro e 20 centímetros – eu acho que é um metro e 20 centímetros, não é, Alda? –, que tem que ter de passagem. Nisso eu fui rigoroso, ou seja, tem que ter regras, tem lei e tem que cumprir. Então eu faço esses pedidos formais, meu Presidente, que a gente assuma coletivamente essa questão, Fernanda, junto com outros vereadores, que a gente faça isso coletivamente e que a gente exija, num prazo razoável, que resolvam essas questões. Porque o Glailton já colocou aqui que não basta em 30 dias resolver o problema da das lixeiras, porque são tantos os problemas. Agora esses são claros, inequívocos, tem lei, tem regra, tem que mudar. Então nós nos colocamos à disposição. A outra questão, para terminar, o problema sonoro. Está aqui a Tânia comigo, nós éramos estudantes da FADERGS e nós fizemos várias ações aqui com a ACERGS, uma parceria que a gente fez. Uma delas foi com os sinais sonoros, acho que fizemos um trabalho legal ali pela faculdade e estamos aqui mais uma vez para ajudar essa entidade, a União, todas as entidades que vocês têm. Contem conosco. Eu quero dizer por último, Alvoni, excelente esta pauta, nós já tivemos... Só tem pauta boa este ano. Quero te parabenizar, porque eu sou parceiro teu nas frentes parlamentares, coincidentemente, nós estamos juntos nessas frentes parlamentares que você acaba de citar. Obrigado, acho que foi muito importante esta reunião, mas tem que ter solução. Obrigado.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Quem gostaria de falar? De pé, por favor, se identifique.

SR. AIRTON VIANA CHAVES: Boa tarde, meu nome é Airton Viana Chaves, sou militante, trabalho na ACERGS há muitos anos. (Procede à autodescrição.) Gente, eu vou furar a pauta, vereador, tal é a gravidade do assunto que eu vou trazer aqui. Vou fazer uma narrativa, um pedido de socorro e um desabafo. Cerca de 27, 28 famílias de pessoas com deficiência visual, cegos, foram tirados do Centro Popular de Compras, do camelódromo, tirados, retirados, chutados, dê o

nome que a gente quiser dar. Os aluguéis estavam rigorosamente em dia desses deficientes com a administradora do Centro Popular de Compras, e o motivo que nós fomos retirados de lá, o único motivo, nós somos cegos e não podemos exercer a atividade. Foi por isso que nós saímos. Nós procuramos diversas vezes, a associação dos cegos tentou entrar em contato com o prefeito, marcar uma audiência, não fomos recebidos, não fomos ouvidos, não tivemos direito de defesa para nos adequar, se fosse o caso. Estamos, alguns de nós, passando por uma crise monstruosa, está faltando o pão na mesa e o remédio por esse ato. Eu nunca vi na história de Porto Alegre algo que foi covarde, algo que foi cruel com essas famílias, porque nos pegou sem direito de defesa, não fomos avisados, não pudemos fazer parcerias, não pudemos fazer trabalho como meeiros, digamos assim, e fomos retirados de lá. Nós precisamos, vereadores, do apoio de vocês...

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Sim, vamos fazer uma outra pauta em relação a isso, se o senhor permitir, lógico.

SR. AIRTON VIANA CHAVES: Perfeito.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Pode ser? Está bom. Alguém quer fazer alguma pergunta para a nossa arquiteta Alda? (Pausa.) Vamos fazer os encaminhamentos então. (Pausa.) O Sr. Gilberto quer falar.

SR. GILBERTO KEMER: Boa tarde a todos, eu sou o Gilberto, vice-presidente da ACERGS. Ver. Medina, quero cumprimentá-lo pelo trabalho que o senhor vem fazendo desde o primeiro mês do seu primeiro mandato, por trazer a comissão aqui para a ACERGS nesta tarde. Isso demonstra a importância da entidade para a Câmara, que tem sempre sido receptiva, especialmente, o senhor. Também quero agradecer aos vereadores, aos componentes da comissão por estarem aqui nesta tarde conosco, são sempre muito bem-vindos. Esperamos que, depois desta tarde, eu não vou falar tudo o que já foi apontado, todas as

dificuldades, todas as barreiras, tudo o pessoal trouxe muito bem. Só quero dizer que a gente quer liberdade, uma palavra tão importante, tão cara, cada vez mais restritiva neste País. Nós queremos liberdade para ir e vir, para caminhar, seja de qual lado for, seja qual for a rua, com o mínimo de segurança e tranquilidade, é isso que nós queremos. Esperamos que, desta feita, vereadores, a Secretaria de Obras, que, às vezes, nos ouve, mas não nos escuta, atenda às sugestões que foram trazidas aqui, que não são difíceis de serem implementadas, como piso tátil no outro lado da rua, como essas adaptações das lixeiras, como uma melhor sinalização. Isso não é difícil de fazer, é questão de boa vontade. Parar de inventar desculpas, de transferir responsabilidade e fazer o que tem que ser feito, que já vem sendo apontado. O presidente Glailton falou aqui antes, há muito tempo, há mais de dois anos antes do início das obras, para que nós não tenhamos que, daqui a pouco, num período muito curto, estar lamentando e chorando a morte de um colega. Muito obrigado, vereador.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Valeu, Gilberto. Mais alguém gostaria de falar?

SRA. MÁRCIA DIAS CERNICCHIARO: (Início do pronunciamento fora do microfone. Inaudível.) ...Eu ando com esta legislação embaixo do braço, que é para eu falar e falar corretamente, é uma norma. Tudo bem que não seja uma lei, mas é uma norma que nós temos que cumprir. E aqui está a atualização dela, que foi feita este ano. Então, se existe uma legislação, uma norma, como ela disse, não é lei, é norma, para ser usada, a gente tem que fazer com que ela seja realmente usada. Até o colega falou ali sobre a questão das lixeiras, que já é outro caso. Ela não é acessível para quase ninguém, a não ser as pessoas mais altas, porque ela não é acessível para pessoa em cadeira de rodas, ela não é acessível para criança, ela não é acessível para pessoas anãs, porque a lixeira fica lá em cima. E o mais perigoso é o cuidado que o cego tem que ter para não bater a cabeça, como a gente já viu colegas nossos aqui se acidentarem. Era essa minha é sugestão, que fossem usadas essas normas, que fossem usadas

como têm que ser usadas, porque eu e o professor Leopoldo ali, que somos professores de orientação e mobilidade, mais a Celanira, mais a Cristina, nós sofremos junto com eles nas ruas de Porto Alegre. Inclusive, nós somos xingadas, às vezes, na rua, quando a gente pede para que aqueles vendedores saiam não só de cima do piso, mas que eles... A gente explica, tem gente que não sabe nem para que existe o piso, e a gente tenta explicar para que eles entendam que não é só tirar de cima do piso, é arredar mais, é puxar mais, porque o cego, quando vem, ele se baliza pelo piso, mas muitas vezes ele cai para um lado, cai para o outro. Eu já vi cego levantando cadarço, levantando bolsas, porque a bengala pega ali, e aí eles vêm e xingam a gente. Como um rapaz me disse aqui na esquina da Borges: “Por que é que tu não vais trabalhar?” Pois eu estou trabalhando, eu disse para ele, assim como tu trabalhas, eu também estou trabalhando e estou tentando fazer vocês entenderem o quanto é importante para a pessoa cega se balizar por um piso de atenção e por um piso de alerta. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): A Sra. Kristina está com a palavra.

SRA. KRISTINA CERNICCHIARO DA ROCHA: Oi, boa tarde, vou tirar o microfone para vocês saberem onde eu estou. Eu sou instrutora de orientação e mobilidade aqui na ACERGS e eu acho que tenho que atentar – e só complementar – que está sendo negado, para um nicho da população, o direito constitucional de ir e vir, como já foi falado. Então a gente vê diariamente pessoas com deficiência e não só visual – mas, como já foi falado, também idoso –, caindo em buraco, quebrando perna, dando com a fonte nessas lixeiras, e isso é sim responsabilidade da Prefeitura e dos governantes que vocês hoje estão representando aqui também. Acho que, a partir de agora, a gente precisa sim levar soluções disso tudo que está sendo feito e não somente ficar falando como normalmente acontece; fazer um documento, sair daqui um documento com todas essas pautas que foram faladas para que realmente isso se resolva. Já me

perguntam – e isso me indigna, e eu acho que indigna todos aqui – que técnico responsável por uma obra coloca um piso tátil que vai dar no meio de um poste? Não tem lógica para ninguém. Como é que instalam isso? Passa por um monte de pessoas, não vai ser só uma pessoa lá dentro da Prefeitura que vai ver aquilo, é um monte, 50, 100, os operários, os coordenadores. Como que colocam um piso tátil que vai dar numa lixeira, que vai dar num buraco? É claro que a gente tem toda a questão também da educação da população, mas esse entendimento precisa estar dentro das prefeituras. Quem faz isso, como foi falado desde o início, precisa se perguntar, para quem é usuário, o que está acontecendo, quais são as situações e como melhorar. Porque eles que vão saber, eles vão saber dizer qual é a melhor forma, como se sentem mais seguros para que isso não aconteça mais. Então acho que ficar falando e fazendo reunião e fazendo comissão não vai adiantar. A gente precisa sair daqui com documento, com solicitações e pedir que as coisas realmente sejam resolvidas. Por favor, obrigada.

SRA. ALDA GILSLAINE ROCHA DA SILVA: Qual é o poste, a rota tátil? Deve ser lá do entorno do Mercado Público...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ALDA GILSLAINE ROCHA DA SILVA: Na obra nova?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ALDA GILSLAINE ROCHA DA SILVA: Não, porque a Equatorial está vindo retirar os postes que ficaram porque eram antigos. A obra não está terminada, e o entorno do Mercado Público nós vamos fazer agora por que lá, sim, a rota está errada de muitos anos, é anterior – eu acho – que até da Secretaria de Acessibilidade. Na época, eu me lembro, quando eu entrei na Secretaria, eles já falavam que aquele projeto não tinha passado pela Secretaria

e que estava errado. Agora a Diretoria-Geral do Patrimônio me chamou, e nós vamos fazer todo o Largo Glênio Peres, refazer e ligar nessa rota nova do quadrilátero. Então esse aí tu podes ver, tinha um poste que estava no meio da rota, ao lado da antiga Maçom, e a Equatorial já retirou, são os postes antigos. Então a gente não entregou ainda a obra. E outra coisa: das tampas, não tem como colocar o piso porque são metálicas; 80 % das rampas são metálicas, a gente não tem como encaixar um piso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ALDA GILSLAINE ROCHA DA SILVA: Não pode, a tampa tem um regramento, é tampa de telefonia, tampa de fibra ótica, ela não pode ser cimentícia, ela é em concreto.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ALDA GILSLAINE ROCHA DA SILVA: Mas a norma mesmo diz que, diante de tampa, tu podes interromper e seguir logo após, porque é um espaço muito curto.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Para encerrar.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ALDA GILSLAINE ROCHA DA SILVA: Mas a gente já fez isso, já fez., muita coisa já corrigimos. Ao contrário do que pensam, o projeto do quadrilátero não é meu – a Isabel está aí – foi uma empresa que venceu a licitação. Muita coisa nós temos corrigido, já alteramos, até alguns atrasos se deram por alteração de projeto. Na semana passada, nós estivemos na esquina

democrática fazendo melhorias, alterações, tudo diferente do projeto. O projeto não é meu, mais uma vez eu digo, porque os meus projetos eu é que faço a marcação, eu acompanho e, graças a Deus, eu não tenho reclamação. E nesse aí a gente está fazendo ajustes, é todo um grupo; tem um grupo que cuida, a gente se reúne em todas semanas, em todos os dias. Eu tenho vindo corrigir as esquinas, o presidente aqui da ACERGS reclamou que a entrada dele está sem a sinalização. O senhor não rastreou porque nós fizemos faz 15 dias. Aquilo que o senhor me pediu...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ALDA GILSLAINE ROCHA DA SILVA: Sim, mas sabes por que nós fizemos na central? Por que é no eixo e porquê? Porque o prédio de vocês está todo sem sinalização tátil, não tem um encaminhamento, não tem sinalização diante de escada. A gente não tinha como fazer então a gente fez no eixo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ALDA GILSLAINE ROCHA DA SILVA: E outra coisa aqui também, o prédio não tem um encaminhamento até o elevador; a entrada do elevador é embaixo da escada, que deveria estar sinalizada com alerta porque a pessoa...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ALDA GILSLAINE ROCHA DA SILVA: Mas vocês também precisam cobrar. Vocês viram o que a gente passa, por que, para nós, é toda uma cidade. E a orientação é colocar no eixo; colocamos no eixo na entrada principal, eu não sabia de todo o problema que tinha aqui dentro do prédio. Isso aí vocês têm porque hoje eu vinha com um engenheiro que era alto, e ele quase bateu a cabeça na escada.

SRA. ELAINE NASCIMENTO: Mas acontece o seguinte: antes de tirarem o piso, ele era nas três portas. Então eu acho que, quando tiraram, tinha que permanecer da mesma forma, porque aquele piso era de alerta, o deficiente sabia que tinha chegado à ACERGS. Agora, dar direto na escada, não é o legal porque o deficiente vai ter que desviar para a direita ou para a esquerda. Então eu acho que na escada também não é bem colocado.

SRA. ALDA GILSLAINE ROCHA DA SILVA: Ter uma mudança de direção no que acessa o prédio, e aí encaminha para a recepção, esse é o correto.

Outra coisa: sobre as calçadas – eu falava aqui com vereador –, a LC nº 675 diz que a responsabilidade das calçadas é do proprietário do lote. Em 2018, quando eu assumi o setor de calçadas que era dentro da SMOI, eu notifiquei aqui no Centro Histórico 16.000 calçadas. Num certo dia, quando receberam as notificações, a presidente da Associação de Moradores do Centro Histórico entrou pela SMOV e disse que aquilo era erradíssimo. Eu mandei retirar as muretas dos canteiros que prejudicavam inclusive quem me ajuda muito é o Adilson, e eu mesmo, dizia ao Adilson: “Não, aquilo ali é perigoso, a gente cai, a gente bate as canelas.” Mandei retirar em 16 mil calçadas. Ela fez um escândalo dentro da SMOV, a presidente da Associação de Moradores do Centro Histórico, levou para imprensa, a imprensa fez um escândalo, três dias, foi um horror. E aí eu pedi ajuda para todas as entidades e ninguém tomou partido, morreu aí. Então a gente, muitas vezes, não vai adiante porque tem a imprensa, por outros motivos que nem vale a pena falar. Não é dizer que a gente é omissa a tudo, é tudo uma briga, é tudo... um depende do outro. E a gente não pode, eu, como técnica, eu não posso levantar uma bandeira sozinha, muitas vezes eu preciso de ajuda. E a gente reconhece, às vezes, erros; eu refaço o trabalho, no Centro Histórico eu estou vindo todas as semanas; muita coisa já foi corrigida, claro, tem muitos entraves, muitos erros, é muito difícil. Se vocês virem eu marcando uma esquina, quantas vezes os pedestres pisam no meus dedos, eu marcando como é a sinalização tátil, ninguém tem respeito – ninguém. E eles tratam a gente como lixo...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ALDA GISLAINE ROCHA DA SILVA: Mas eu até comentava com o presidente aqui da ACERGS que eu vivenciei várias pessoas ajudando cego que saiu aqui da ACERGS e levavam. Eu até fiquei feliz de ver isso, inclusive, uma delas eu acompanhei até onde ela teve acompanhamento, depois ela ficou sozinha, eu a levei até a parada de ônibus lá da Av. Júlia de Castilhos...

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Eu preciso encerrar, pessoal.

SRA. ALDA GISLAINE ROCHA DA SILVA: Ia perguntando para ela de várias dificuldades, e tudo o que ela me falou, a gente está tentando corrigir e refazer.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Pessoal, quando for falar tem que ser no microfone e se identificar, meus amados.

SRA. ELAINE NASCIMENTO: Nós não queremos ser carregados, nós queremos ter a nossa própria autonomia, porque pensa você ficar parada numa esquina, ficar parada num lugar esperando a ajuda de alguém. Às vezes você consegue, você viu, ficou alegre, mas, às vezes, a gente fica triste, porque a gente fica 15 minutos parado num local esperando uma ajuda. Então, nós queremos ter autonomia. É pedir muito? Eu penso que não, porque você tem autonomia do ir e vir, você vai pega seu carro, vai para aonde você quer. Você anda na rua, você vê onde você passa, e nós não. Nós queremos a nossa autonomia e o nosso direito de ir e vir. (Palmas.)

SRA. ALDA GISLAINE ROCHA DA SILVA: Moça, eu dei um exemplo em obra, isso aqui é em obra. Quando terminar a obra, tu vais ter autonomia. Isso foi só em obra...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. MÁRCIA CERNICCHIARO: Eu só queria uma última questão, se essa norma aqui não é válida, por que eles fizeram?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. MÁRCIA CERNICCHIARO: Mas aí tu me disseste assim que isso aqui não é lei. Para mim, fizeram um documento de uma norma, eu acho que tem que ser cumprida.

SRA. ALDA GISLAINE ROCHA DA SILVA: E é o que a gente cumpriu, se tu fores ver aquele item que eu te mostrei ali, é o que está acontecendo no Centro Histórico, é 7.8.1 da pág. 36, leia isso.

SRA. MÁRCIA CERNICCHIARO: Eu sei que alguma... eu leio, inclusive, tu viste ali que eu marquei...

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Gente, para encerrar...

SRA. MÁRCIA CERNICCHIARO: Então, pessoal, eu acho que a gente tem um que cumprir o que está escrito. O presidente quer falar um pouquinho.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Só um pouquinho que nós já vamos encerrar.

SR. GLAILTON WINCKLER DA SILVA: Só 15 segundos aqui, arquiteta Alda, o nosso objetivo é construir. Por exemplo, esse piso eu não identifiquei realmente, porque ele está na porta central, agora que eu fiquei sabendo aqui, porque eu sempre entro pelas portas laterais. Eu só acho assim, existem normas, existe a legislação, mas também, acima disso, existe o bom senso. Essa questão do piso é uma questão de bom senso, essa questão de ser ajudado, é, como a Elaine disse, a gente tem que ter autonomia. Às vezes, tem muita gente boa nesse mundo, mas tem vários usuários aqui que... com o pretexto de ajudá-los, eles assaltam as meninas, roubam celular e fazem até outras coisas. Então, a gente só quer que a gente consiga conversar na mesma linguagem, um apoiando o outro, informando, e a gente dizendo o que precisa. E eu tenho certeza que o Município pode fazer o que é possível para a gente tornar isso mais fácil, mais tranquilo, e a gente está à disposição.

E, vereador, muito obrigado mais uma vez, quero cumprimentar o senhor, os demais vereadores, agradecer a todos aqui, do Município, que estiveram presentes. Mas eu confesso assim que o sentimento que eu tenho daqui, eu espero que eu me surpreenda, mas eu acho que alguma coisa paliativa vai ser feita. Eu gostaria de pensar diferente, mas é o sentimento com que eu estou saindo hoje. Muito obrigado. (Palmas.)

SRA. ALDA GISLAINE ROCHA DA SILVA: Presidente, eu queria, se vocês pudessem entrar em contato com a ABNT e ter algum representante, porque eu sei que tem, que eles entram em contato, para vocês participarem de cada atualização de NBR, porque os técnicos seguem a NBR, o Ministério Público nos cobra a NBR à risca. Então, a gente vai por ali, imagina se a gente fosse... é uma diretriz, a gente faz o projeto através da NBR. Então, se vocês tivesse algum representante, algum... eu não sei como funciona, mas entre em contato com a NBR, ABNT. Isso seria de muita valia, eu acho que é ali que vocês têm que expor todas as necessidades...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ALDA GISLAINE ROCHA DA SILVA: Pois é, e a gente faz... tu sabes, não é, Adilson? Inclusive o que não tem na NBR, o Adilson já me ajudou e muito. O Adilson sempre tem uma resposta e ele me ajuda muito nas coisa. Então, eu não sou omissa, está aí Adilson de prova, que, quando não tem na NBR, eu procuro ele.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ALDA GISLAINE ROCHA DA SILVA: No 7.8.1, pág. 36...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ALDA GISLAINE ROCHA DA SILVA: Tudo, pelo menos um dos lados deve ter a rota tátil, é bem claro...

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Como disse o presidente Glailton: bom senso – bom senso. E eu acho que o que se vai gastar para fazer de um lado não se vai gastar um horror para fazer do outro. Eu acho que a Prefeitura e todos os secretários de todas as pessoas que estão envolvidas, elas têm que pensar na população porto-alegrense, elas têm que construir, reformar a cidade para que as pessoas utilizem as duas áreas da calçada, tanto do lado esquerdo como do lado direito.

São 16h28min, nós vamos fazer um encaminhamento para a Secretaria de Obras, vamos ter uma nova reunião com o nosso secretário André Flores, e vamos cobrar a urgência dessas modificações. E se tivermos que levar mais adiante, nós vamos levar.

Deus abençoe a todos, uma boa tarde. (Palmas.)

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h28min.)



TEXTO SEM REVISÃO